

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS

César Augusto Yaya Vargas¹

Luis Fernando Minasi²

Resumo: O presente artigo é parte do Relato Crítico Reflexivo desenvolvido na pesquisa de mestrado que teve como um dos seus fins discutir a formação de professores de estudantes surdos a partir das bases teóricas da Educação Ambiental e do Materialismo Dialético como Método/Metodologia de pesquisa. O artigo aborda como se manifestam os saberes da Educação Ambiental no ensino das Ciências Naturais em uma escola de Ensino Fundamental para surdos, em Rio Grande/RS, onde desde as suas práticas pedagógicas procura os recursos e formação necessária de seus professores de modo a gerar espaços e ambientes de emancipação e liberdade que burlem, dentro do possível, o modo de produção capitalista da existência humana.

Palavras-chave: Formação de Professores; Estudantes Surdos; Ciências Naturais; Educação Ambiental.

Abstract: This article is part of Critical Reflective Report developed in the master's research which had as one of its purposes to discuss the teachers' educations of deaf students from the theoretical bases of Environmental Education, and Dialectical Materialism as a Research Method/Methodology. The article discusses how the knowledge of Environmental Education manifests itself in the teaching of Natural Sciences in an Elementary School for the deaf, in Rio Grande/RS, where, from its pedagogical practices, it seeks the resources and necessary training of its teachers in order to generate spaces and environments of emancipation and freedom that circumvent, as far as possible, the capitalist mode of production of human existence.

Keywords: Teachers' Education; Deaf Students; Natural Sciences; Environmental Education.

¹ Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: cesaryayav@gmail.com,
Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6494206566062217>

² Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: lfmiasi@terra.com.br.
Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3053413467351500>

Introdução

A educação dos surdos no Brasil atualmente tem atingido diferentes etapas, tanto no marco social quanto no educativo e no político da sociedade, obrigando que os estudiosos desta educação aprofundem suas pesquisas e compreensões sobre o que implica a formação cidadã de sujeitos surdos, enquanto membros de uma comunidade desprotegida e oprimida nas diferentes determinações das suas realidades.

Este artigo, oriundo da Dissertação de Mestrado em Educação Ambiental defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, no Rio Grande do Sul, centrou seu estudo no Ensino das Ciências Naturais para estudantes surdos de uma Escola Municipal Bilingue – Libras/Língua Portuguesa.

Em vista disso, é objetivo deste artigo trazer alguns pontos sobre o porquê a educação dos surdos carece de ser orientada desde uma aproximação da compreensão da Educação Ambiental como uma mediação possível de refletir e transformar a prática, não só dos professores nas salas de aula, senão dos estudantes surdos em suas comunidades, como seres de possibilidades. Da mesma forma, anunciar o trânsito possível a ser feito pelas compreensões que a Educação Ambiental oferece junto com as possibilidades próprias de uma escola de educação bilíngue para surdos.

O estudo procurou dar especial atenção à formação acadêmica em Ciências Naturais dos estudantes, conectada às Ciências Humanas, como uma das visões mais completas da Natureza, enquanto realidade objetiva e da Sociedade como totalidade.

Também neste artigo buscamos trazer para o diálogo alguns pontos que pensamos ser relevantes para uma outra racionalidade para o funcionamento nas escolas de pessoas surdas, interagindo com suas características culturais e a sua própria mediação com a natureza, propiciando ao leitor um entendimento da totalidade da educação de surdos não só desde as diferenças comunicativas, se não desde as contradições da sua formação educativa.

A Educação Ambiental e a formação para a emancipação de estudantes surdos

A Educação Ambiental, no seu todo, enquanto eixo transversal no currículo escolar, se apresenta como possibilidade de transformar a estrutura didática pedagógica do atual processo educativo vivido na e pela escola, voltada ainda hoje aos interesses do capital – para uma educação humana e libertadora que resgate o homem como ser social, capaz de dar sentido a essa Natureza exterior e transformá-la, criando cultura e se humanizando.

A Educação Ambiental tem permitido estabelecer relações significativas do homem com a Natureza criando ambientes que certas vezes

são desfavoráveis à vida, mostrando-nos a necessidade de sua preservação, no sentido de “status quo” e do seu cuidado na conservação daquilo que nos permite utilizar da Natureza como forma de chegar a um estágio superior de desenvolvimento da nossa consciência como seres humanos. Com os saberes pertinentes à Educação Ambiental fica-nos possibilitado identificar e compreender as transformações materiais do mundo, por meio de diferentes mediações que com ela os seres humanos produzem.

A Educação Ambiental, independentemente do campo disciplinar que a convocar, rompe a parcialidade dos conhecimentos e promove uma compreensão mais integradora do mundo, pois se abre à complexidade dos fenômenos da Natureza a serem conhecidos e estudados na escola, na rua, na sociedade e no mundo, como processo que possibilita compreender a realidade para transformá-la com práticas que sejam críticas, participativas, propositivas e adequadas.

Nesse sentido amplo das possibilidades que os saberes ambientais podem proporcionar de transformação, evidencia-se como necessidade humana a organização e sistematização de espaços de formação de educadores de pessoas surdas, onde não seja proibido que a Educação Ambiental seja protagonista das transformações para as quais sua presença, na educação de todos, é essencial.

Entendendo as implicações para a formação de cidadãos livres e críticos, partimos de centrar a nossa compreensão da Educação Ambiental a partir de três falas fundamentais. A primeira encontra-se no trabalho de Terra (2011), educadora ambiental de estudantes surdos que afirma: “*Entendo Educação Ambiental como uma concepção ampla de educação, indo muito além do simples cuidado da natureza, mas incluindo também o cuidado com o próprio ser humano*” (TERRA, 2011, p. 21).

Na segunda fala, encontramos no oceanólogo e educador ambiental Luiz Carlos Krug *et al.* (2018, p.180) a compreensão de que:

O meio ambiente, além da natureza, também está constituído pelos elementos socioculturais que compreendem as estruturas sociais – família, comunidades, sociedade – e os produtos culturais – tradições, valores, políticas, economia, religião, ciência, técnica. Por fim, o meio ambiente está igualmente constituído pelas interações entre os elementos naturais e socioculturais que são promovidas pelos humanos.

E, por último, trazemos a fala de Minasi *et al.* (2012, p.7), Líder do Grupo de Pesquisa Marxismo e Educação Ambiental que nos trata como ser humano que interage nessa sociedade ao cumprir sua:

Função social no sentido de contribuir para uma organização social justa, igualitária e fraterna, no processo mesmo em que a sociedade se reestrutura e constitui uma nova forma de entender o meio ambiente, que foge ao conceito equivocado de ambiente puramente “ecológico”, separado do seu constituinte social, que é a presença humana, natureza humanizada.

Dessa forma, entendemos que não temos como cuidar do nosso meio ambiente se não paramos para cuidar de nós mesmos, e particularmente daqueles que são rejeitados pela sociedade por não se encontrarem alinhados ao modo de produção capitalista que os produz, e que está há séculos dominando nossa sociedade.

Se, no entanto, não somos capazes de nos “salvar” a nós mesmos de uma prática que nos aliena e limita a nossa capacidade de ser mais, seremos incapazes de salvar este planeta e toda a sua biodiversidade que agoniza nas mãos de uns poucos que procuram lucro a partir do trabalho do homem, que em estado de alienação torna-se incapaz de utilizar os seus sentidos para perceber para além do que lhe é permitido.

A Educação Ambiental como possibilidade para a emancipação humana permite-nos explorá-la no contexto particular da formação de surdos, posto que historicamente, como já se mencionou, a sua condição de diversidade sensorial fez com que a população, em geral, construísse barreiras que limitam as suas possibilidades de aprender e conhecer.

Sendo assim, até certo ponto, ficamos todos intimados por nossas formações acadêmicas, e o pesquisador na particularidade da sua formação, e como educador bilíngue, a agir contra todas as injustiças sociais, pesquisando as contradições que se encontram nestas relações que impedem o desenvolvimento destes sujeitos – os surdos – como seres responsáveis e atuantes na sociedade atual. Seres que podem aportar na luta por uma transformação social que valorize a diversidade e que não faça dela um discurso de ódio, segregação e dominação, daqueles que podem mais sobre aqueles que pouco podem.

A Educação Ambiental encontrada na formação dos surdos, não só nas relações estabelecidas na sala de aula como lugar físico, senão também nas relações sociais estabelecidas com os seus pares, seus professores, sua família, o seu entorno, e ele mesmo, encontra-se nas mediações do “quefazer” da pessoa – estudante surdo – que o faz diferente da população predominantemente ouvinte.

Isso, em nosso entendimento, permite que, por meio do conhecimento da realidade objetiva, consiga levar os seus sentidos além da limitação para desenvolver o seu pensamento e assim compreender o mundo além do sistema capitalista e todas as suas implicações.

A Educação Ambiental, por se constituir uma totalidade, manifesta-se nos professores dos estudantes surdos, quando estes, ao investigarem e buscarem entender como os surdos se encontram fora das diretrizes do que é considerado “normalidade”, reavaliam o processo em desenvolvimento, tornando-se críticos de sua prática. Prática esta crítica por ser transformadora.

Nesta reorganização do meio escolar manifestam-se também os saberes ambientais, quando os professores nessa comunidade analisam e interpretam, para melhor compreender, que condições materiais estão representadas na formação social e cotidiana que se encontram limitadores. Não só a surdez propriamente dita, senão também pela falta ou precariedade de interações com o seu ambiente e os seus congêneres ouvintes que, por sua vez, também são afastados da compreensão necessária do mundo, porém em condições mais amenas frente à realidade enfrentada pela pessoa surda – estudante – pelo fato de não ouvir.

Os professores de surdos, além de trazerem o conteúdo disciplinar obrigatório dos documentos oficiais do Estado, como a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB, o Documento Orientador Curricular do Território Riograndino – DOCTRG e o Projeto Político Pedagógico – PPP da escola, assumem-se no papel de serem participantes de uma comunidade diferente, suprimindo não só as necessidades educacionais dos seus estudantes, senão permeando também suas necessidades culturais, emocionais e afetivas.

Sem dúvida, o professor de estudantes surdos é um educador ambiental, pela complexidade de todo o trabalho que desenvolve. Por ultrapassar os limites que lhe permitem alcançar o “Inédito Viável” preconizado por Paulo Freire ao problematizar os limites que dificultam ou possam impedir que os seus estudantes sejam capazes de desvelar nas aprendizagens produzidas pelas relações sociais, tanto dentro quanto fora da sala de aula, os conhecimentos necessários – saberes ambientais – para se conhecer o todo possível da Natureza que transforma e se transforma a cada momento.

Importante salientar que a construção social da realidade para quem trabalha com estudantes surdos exige, de certa forma, que esse professor seja um educador ambiental, por tudo que realiza na ação pedagógica.

Compreender o meio ambiente como mediações desenvolvidas pelos humanos com a Natureza leva o ato pedagógico de ensinar e aprender a constituir-se como Educação Ambiental. Essa prática está no cotidiano do professor de alunos surdos, quando este prioriza no seu “quefazer” as causas e os efeitos das relações sociais serem como podem estar sendo.

Estamos considerando, em todos os momentos desta escrita, o educador de estudantes surdos por todas as características e práticas que o tornam um ser social, e trazem a ele a necessidade de ser um educador ambiental, porque além de observar as necessidades dos seus estudantes é capaz de criar as melhores condições materiais para que sejam protagonistas

da transformação social da realidade, ao trazer na sua prática elementos que extrapolam a sua formação e que o obrigam a pesquisar, procurar esse conhecimento a mais, mesmo em condições materiais precárias para conseguirlo.

Portanto, ao ser considerado um educador ambiental, o professor de surdos encontra-se na responsabilidade de ir além da sua formação, de se construir como ser social e de entender a sua função no processo de emancipação dos estudantes surdos, mesmo na posição de classe dominada.

Isto podemos encontrar em coerência com Freire (1997) ao afirmar que “o professor que não leve a sério sua formação, que não estude, que não se esforce para estar à altura da sua tarefa, não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe” (p. 102).

Assim, o professor de surdos reúne muitas características que lhe garantem ser incluído na forma de educador ambiental, por sua ampla possibilidade de construir relações sociais com os estudantes surdos que vão além da sala de aula e que permeiam o seu ambiente familiar e pessoal.

No entanto, é bom salientar que a Educação Ambiental, em nosso entendimento, vai para além de uma efetivação entre os processos formativos dos estudantes e dos processos de qualificação dos professores, pois se materializa, também, nas relações que se estabelecem entre eles e o conhecimento produzido e a ser produzido em cada uma das aulas. Com isso queremos dizer que a Educação Ambiental além de possibilitar a compreensão das relações Natureza – Realidade – Escola – Professor – Conteúdo – Estudante – Sociedade permite também transformar o sentido e assertividade desse conhecimento.

Temos entendido com Leff (1998) que o ambiente é onde o saber ambiental verte e se entrelaça com outros saberes, criando pensamentos e uma vida. Para Leff (1998, p.10), o ambiente é uma totalidade que, pela metáfora do prisma, podemos sentir o que significa o ambiente em que vivemos e precisa ser compreendido como saber do educador ambiental:

É o prisma que recebe o raio concentrado de luz projetado por este mundo homogeneizado da ciência, do progresso e da globalização, para refratar um feixe de luzes, em cores e matizes diversos, onde se entrelaçam tempos, ontológicos, tempos históricos, tempos do pensamento e tempos subjetivos.

Mesmo concordando que o conhecimento vai se constituindo no entrelaçamento dos saberes produzidos como ciência, não podemos dizer que a Educação Ambiental se constitui de saberes compostos pelo amálgama dos saberes vigentes ou pela união das diversas disciplinas que se unem para resolver um problema concreto. Dentro do entendimento é que temos encaminhado nossos estudos na formação do professor de estudantes surdos,

Revbea, São Paulo, V. 18, Nº 3: 77-91, 2023.

querendo que esse professor seja antes de tudo um educador ambiental, por tratar o meio socioambiental do estudante surdo como a chave que desvela as contradições de sua aprendizagem.

No sentido de pensar a formação omnilateral do sujeito do processo educativo, exige que seus formadores também sejam interdisciplinares. No entanto, não temos tido educadores que tenham sua forma feita fora do modelo disciplinar e unilateral, isso, em nosso entendimento, tem dificultado mudanças associadas à transformação dos conhecimentos teórico e práticos nos quais a compreensão de mundo sobre outro prisma, que esperamos que venha a acontecer, resulte em processos de transformação do pensar de todos. Não nos restam dúvidas de que as práticas docentes, em especial aquelas desenvolvidas com estudantes surdos, dependem muito da produção de novos conhecimentos que possibilitem a elaboração de conteúdos curriculares que incorporem outras possibilidades de ambiente.

Reivindicamos para o ambiente escolar, seja em escolas bilíngues ou mesmo em escolas meramente inclusivas, um corpo docente que atenda eficazmente a emergência que a complexidade da educação de estudantes surdos necessita, como resposta aos crescentes problemas trazidos pelo geral do desenvolvimento, que está a exigir de todos, professores, alunos e gestão, um conhecimento que atenda às necessidades do momento, trazendo explicações e solução para que a educação, em todos os sentidos, cumpra sua função social.

Audrey Coimbra, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, em Minas Gerais, e estudioso da Interdisciplinaridade, tem abordado como aposta metodológica a interdisciplinaridade e a Educação Ambiental como objeto de estudo, nos dizendo que (COIMBRA, 2005, p. 116):

A Interdisciplinaridade constitui-se quando cada profissional faz uma leitura do ambiente de acordo com o seu saber específico, contribuindo para desvendar o real e apontando para outras leituras realizadas pelos seus pares. O tema comum, extraído do cotidiano, integra e promove a interação de pessoas, áreas, disciplinas, produzindo um conhecimento mais amplo e coletivizado. As leituras, descrições, interpretações e análises diferentes do mesmo objeto de trabalho permitem a elaboração de um outro saber, que busca um entendimento e uma compreensão do ambiente por inteiro.

Coimbra (2005) nos chama atenção que em um conhecimento interdisciplinar se faz importante criar diálogos entre a realidade objetiva e o todo das representações sociais, tanto dos professores como dos estudantes surdos, já que por questão das suas diferenças sensoriais cada um terá uma aproximação na realidade bastante diferente, que mediada pela Educação

Ambiental permitirá determinar a sua constante transformação junto com a essência dos fenômenos materiais a estudar.

Nesse sentido, a Educação Ambiental não faz diferença entre as características que constituem o ser social, posto que entende que todos devem lutar unidos pelo bem-estar comunal e não pessoal.

Portanto, se faz importante e necessário que os estudantes surdos sejam formados a partir da perspectiva da Educação Ambiental, sem importar suas características únicas e diferentes de aprendizagem.

A Educação Ambiental nos alerta da necessidade de procurar modos diferentes de ensino para atender à demanda de conhecimento e saber daqueles que logo poderão assumir uma posição de decisão frente a situações sociais e ambientais. Assim, e seguindo as palavras de Zacarias (2000, p. 34), se faz necessário involucrar a Educação Ambiental em todos os processos formativos, já que:

(...) a partir de um enfoque crítico, a Educação Ambiental poderá contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para se decidirem a atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade local e global.

Portanto, na compreensão do autor, precisa ser perpassado o condicional de limitação nas possibilidades de aprendizagem dos estudantes surdos, a causa da sua diferença sensorial, para entender que o seu impedimento se encontra na falha da educação e dos seus objetivos sobre esta população.

Esta reflexão, em nosso entendimento, precisa ser feita tanto nas comunidades exclusivas de surdos como nas escolas e em todos os ambientes da sociedade, dando proveito das possibilidades brindadas pela Educação Ambiental a respeito da interdisciplinaridade do conhecimento e as práticas humanas.

Assim, pode-se pensar que a Educação Ambiental é encontrada em todos os aspectos que permeiam o cotidiano do surdo como ser social, desde a sua cultura, sua identidade e sua forma de estar e de conhecer o mundo material.

A Educação Ambiental, ao procurar fazer a interação do conhecimento já organizado e sistematizado, produz novos conhecimentos, o que implica no fomento de pensamentos críticos, reflexivos e propositivos.

A Educação Ambiental assim, nos processos de ensino de surdos, possibilita desenvolver nestes estudantes capacidades de superarem a surdez como deficiência, à medida que cria novas possibilidades de se constituírem seres livres e críticos numa sociedade que permanece “surda” à mudança.

Revbea, São Paulo, V. 18, Nº 3: 77-91, 2023.

A escola bilíngue como espaço de formação, libertação e emancipação dos sentidos humanos

A educação de surdos, ao ser considerada a educação de uma comunidade diferenciada, precisa de uma escola diferenciada, que atenda às necessidades de seus estudantes de forma particular, como mostra a singularidade dos estudantes surdos, e não que apenas faça adaptações do ensino de ouvintes, de modo que tenda a atender às necessidades de alunos não ouvintes.

A escola inclusiva entende a educação do estudante surdo e do aluno ouvinte como processos iguais, sendo a única diferença a falta de audição em alguns alunos. Todavia, no que tange à educação de alunos surdos, quando acontece em escolas chamadas bilíngues o enfoque é bem diferente.

É importante ressaltar que a educação bilíngue, na formação do cidadão surdo, tem como objetivo a ser alcançado, por meio da proposta pedagógica, um processo de ensino e aprendizagem que vai além do proposto na escola dita inclusiva. Temos trabalhado no conceito de escolas bilíngues que atendam crianças e adolescentes não ouvintes, onde se prioriza a Língua Brasileira de Sinais – Libras como língua primária e o Português escrito como língua secundária ou segunda língua para os surdos. Notadamente, ao contrário, as escolas que estamos chamando de inclusivas são as que incluem os alunos surdos em salas de aulas mistas com alunos ouvintes, na qual a língua primária é o Português.

Frente às contingências que se tornaram necessidade, o ensino de surdos tem anunciado em seus reclames a importância da existência de um espaço especializado que diferencie o ensino “regular” para ouvintes e um espaço especial para educação de surdos. Compreendemos que este espaço, reivindicado com uma proposta pedagógica especial, encontra este ponto convergente quando chega à escola bilíngue. A especificidade pensada para esta escola é entendida por constituir-se num espaço diferenciado onde se realiza um ensino pertinente às necessidades do surdo, respeitando a sua identidade e a sua língua materna, a Libras.

Para a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – Feneis estes espaços particulares de ensino e aprendizagens de alunos surdos são concebidos como (FENEIS, 2013, p. 1):

Escolas bilíngues onde a língua de instrução é a Libras e a Língua Portuguesa é ensinada como segunda língua, mediada pela língua de instrução, Libras; essas escolas se instalam em espaços arquitetônicos próprios e nelas devem atuar professores bilíngues, sem mediação por intérpretes e sem a utilização do português sinalizado. Os alunos não precisam estudar no contraturno em classes de Atendimento Educacional Especializado – AEE, dado que a forma de ensino é adequada e não demanda atendimento compensatório.

A Feneis é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a defesa de políticas linguísticas, educação, cultura, saúde e assistência social, em favor da comunidade surda brasileira, bem como a defesa de seus direitos. Na Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em 2007, foi assinado um Tratado que objetiva, em seu Art. 34:

Garantir de que a educação de pessoas, inclusive crianças cegas, surdo-cegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados às pessoas e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.

Embora as escolas bilíngues sejam este espaço exclusivo para estudantes surdos, usuários ou em processo de alfabetização da Libras, não se limitam ao atendimento unicamente da “deficiência” primária do estudante não ouvinte – a surdez. Importa dizer que a estas escolas cabe também o trabalho pedagógico não só de surdos profundos, ou hipoacústicos, senão surdos com deficiência sensorial, cognitiva ou motriz, aumentando as contradições ou limitantes no processo de ensino de surdos.

Independentemente das mais diferentes comorbidades que também apresentam alguns desses estudantes, é importante estabelecer a defesa destes espaços de formação humana como espaços de liberdade, de construção e de crítica que possibilitam a expressão da comunidade sem que ela se sinta pressionada ou condicionada às expectativas do seu meio. Isto se encontra em consonância ao exposto por diferentes entidades como a Feneis.

A Feneis (2010, p. 14) ao expor os benefícios de manter e promover as escolas de ensino bilíngue para surdos defende:

Os ambientes linguísticos que favorecem a vivência de uma língua de maneira espontânea fazem com que os sujeitos se tornem mais autônomos pois eles alcançam o conhecimento de maneira mais rápida e eficaz, a experiência linguística plena faz com que as pessoas se sintam seguras nas interações sociais e na relação com os seus pares (...) quanto maior o desenvolvimento linguístico dos sujeitos, maior a capacidade de buscar conhecimento e de utilizá-lo livremente no seu cotidiano. Eles podem, de maneira independente, transitar no mundo e compreendê-lo, assim o conhecimento do mundo adquirido pelos surdos por meio de uma língua natural, a Libras, seria mais eficiente.

Em concordância com a citação acima, a existência e necessidade das escolas de ensino bilíngue perpassa o status de simples necessidade para se converter em uma política educacional adotada no Brasil, desde o

reconhecimento do Tratado assinado em Nova York na Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Analisando diferentes pesquisas de campo, estes estudos apresentam a importância da promoção das escolas bilíngues para surdos, posto que se configuram como um espaço para desenvolver uma língua natural – Libras e ter uma aproximação direta com a sua cultura e identidade. Possibilidades totalmente negadas no ensino regular habitual e também no ensino especial, onde se considera que só o fato de contar com intérpretes para traduzir as falas é mais do que suficiente para garantir a comunicação e o ensino e aprendizagem do surdo. Assim, dentro de todas as características que se encontram nas escolas bilíngues, estas podem ser espaços para a difusão e estudo da Educação Ambiental na medida em que se configurem como um espaço interdisciplinar, onde o conteúdo é o complemento na formação e construção de sujeitos.

As escolas bilíngues, além de reconhecerem a possibilidade de liberdade que se encontra no conhecimento formal, centram-se também na emancipação do estudante desde todas as formas que o constituem, não se limitando à forma de simples estudante, mas chegando a um estágio superior para além da forma de Natureza transformada, racional e com capacidade de desenvolver o seu pensamento mediante a emancipação dos seus sentidos.

A existência destes espaços, mesmo sendo recheados de possibilidades de superar as dificuldades socioeducativas dos estudantes, não encontra uma alternativa que elimine o que impede esses estudantes de superarem suas dificuldades de aprendizagem.

A pedagogia social tem apontado caminhos para uma auto-organização de todos os implicados neste processo, não só dos estudantes surdos e suas famílias, se não por uma verdadeira consciência da realidade que permita-nos superar o egoísmo e os interesses individuais, para nos focar nas necessidades formativas reais destes estudantes que levantam as suas mãos como “sinal” de resistência.

As escolas bilíngues, pelas dificuldades que enfrentam, não se encontram em pleno acordo com as estruturas físico-materiais para atender com qualidade plena os estudantes que nelas concorrem, senão também pelos professores que possibilitam manter o ensino bilíngue.

Estes são profissionais da educação que dentro das suas próprias possibilidades pesquisam e se formam além dos tempos e das restrições burocráticas impostos no seu labor. O professor de uma escola bilíngue, em concordância com a qualificação para ser professor de surdos, é um educador ambiental que assume diferentes formas de acordo com as necessidades educacionais e sentimentais dos seus estudantes. Por outro lado, os professores que atuam nesse tipo de escola precisam, constantemente, avaliar suas práticas e, por meio de reflexões críticas, dar um retorno com outras práticas, para que melhor satisfaçam às necessidades cognitivas de seus estudantes.

Isto significa dizer que, por falta de críticas ao trabalho realizado, pelo desconhecimento do contexto, acaba a escola no seu todo decidindo o futuro destes espaços, nem sempre numa perspectiva problematizadora da realidade vivida.

Todavia, a literatura referente à importância e necessidade de uma permanente formação dos professores no geral, e dos professores que de uma forma ou outra trabalham com estudantes com alguma deficiência, quer de seus sentidos natos, quer como deficiências de outra ordem, os professores se levantam, em sinal de protesto contra a ineficácia de sua formação inicial e buscam qualificar a sua prática, procurando espaços de formação dentro das suas possibilidades materiais reais.

A necessidade desta formação especializada, que vai além do trato afetivo para com estes estudantes, consiste na produção e no desenvolvimento de conhecimentos que perpassem a mera relação disciplinar do conteúdo específico de cada um dos componentes curriculares para se constituírem em conhecimento cultural no ensino de surdos com formação integral dos professores como profissionais interdisciplinares, ao dar cumprimento aos critérios que compreendem o que venha a ser o professor bilíngue.

A ênfase que damos a essa formação unilateral do professor de estudantes surdos vai no sentido de entender que nesses conhecimentos multilaterais precisam contemplar, na educação de surdos, as duas linguagens – Libras e Língua Portuguesa – nas suas totalidades. As referências encontradas na literatura pedagógica e didática da educação de estudantes surdos afirmam que esses profissionais precisam desenvolver as competências necessárias para o exercício de uma educação bilíngue condizente com os apelos da comunidade surda e das diretrizes oficiais.

Pensamos, juntamente com Marcia Moret (2017), que um professor, para se habilitar como educador de estudantes surdos, precisa desenvolver “competências” necessárias para o exercício de uma educação bilíngue condizente com os apelos da comunidade surda e das diretrizes oficiais.

A autora ainda nos ajuda a pensar os aspectos que podem nos permitir identificar um professor com formação adequada em educação bilíngue para surdos, quando partimos da premissa de que este professor vai privilegiar as peculiaridades que se configuram em sua cultura visual na intermediação dos conhecimentos para depois habilitá-los no fonológico para a apropriação da escrita. Por outro lado, destaca-se a necessária incorporação do conhecimento da história, cultura e identidades surdas, respeitando essas peculiaridades e baseando-se nelas para construir sua práxis.

Trazemos aqui, para ratificar em palavras bastante simples, a exposição apresentada no trabalho de Quadros (2007, p. 12) que descreve que esse professor precisa implementar três aspectos:

O primeiro o professor deve enfatizar a importância de a criança surda dominar a língua de sinais e língua portuguesa em sua modalidade escrita, o segundo o professor deve conhecer fluentemente as duas línguas e o terceiro que o professor deve respeitar as duas línguas e considerar as diferenças de cada língua.

A esse autor ampliamos com um quarto aspecto: a necessidade de um sólido conhecimento das Ciências Humanas e Naturais, com o fim de promover um trabalho interdisciplinar, contextualizado e pertinente ao ambiente em que se movimentam os estudantes.

Isto demonstra também que o professor como sujeito inconcluso, mas consciente de sua inconclusão, conforme nos ensinou Paulo Freire (1987), inscreve-se num permanente movimento de busca, lançando-se em processos de qualificação da sua prática, de forma constante, para assim ter uma qualidade superior no seu trabalho.

Libâneo (1994, p. 27) ratifica essa nossa concepção:

A formação de professores é um processo pedagógico, intencional e organizado, de preparação teórica científica e técnica do professor para dirigir com competência o processo de ensino.

Por conseguinte, a escola bilíngue além de promover processos de ensino próprios e adequados à situação em que se encontram os estudantes surdos, precisa de – deve velar por – uma formação contínua e de qualidade dos professores que nela atuam, para que os processos permeiem a esfera da totalidade da função social da escola e não simplesmente o processo de ensino e aprendizagem na sala de aula.

Nossa insistência, pelo fator da Categoria do Materialismo Dialético de Totalidade de nos exigir destacar a necessidade de uma Educação Homolateral, multidisciplinar ou mesmo Integral, combina com a epistemologia da interdisciplinaridade. É nesse complemento de ideias que trazemos Arantes e Pires (2012) para mostrar a complexidade do Tema Gerador: Formação do Professor Bilíngue na Educação de Estudantes Surdos, principalmente quando trazemos como Fenômeno de Pesquisa: A Formação Continuada de Professores de Estudantes Surdos sob o Foco da Educação Ambiental Crítica, por meio de um relato crítico no decorrer de um Curso de Extensão universitária, com objetivo de construção de material didático relacionado com o ensino de Ciências Naturais para estudantes surdos do Ensino Fundamental de uma Escola Municipal de ensino bilíngue para estudantes surdos.

Arantes e Pires (2012, p. 115) estão a nos dizer que:

Para que o professor faça o planejamento de ensino requer que ele domine o conteúdo da matéria que leciona; tenha a capacidade de organizar a matéria em tópicos básicos; selecione os conteúdos destacando conceitos e habilidades principais da matéria; conheça as características culturais, sociais e individuais dos alunos e o nível escolar que eles se encontram; conheça e domine os métodos de ensino e procedimentos didáticos conforme o tema a ser tratado e as características dos alunos; conheça os programas oficiais e adequando eles às necessidades da escola e dos alunos; compreenda a relação entre a educação escolar e os objetivos sociopolíticos e pedagógicos; utilize outras referências além do livro didático da disciplina e informe-se sobre novos conhecimentos específicos da matéria e os acontecimentos culturais e políticos entre outros.

Esclarecendo com os dizeres destes autores, ratificamos nossas convicções de que a escola bilíngue precisa cada vez mais se estruturar como um espaço de pesquisa, de construção de conhecimento, de respeito pela cultura surda, de discussão sobre a realidade sociomaterial, como espaço de formação social, amorosa e responsável.

Estruturar-se como um espaço sujeito a transformações, a causa das diferentes contradições que podem se evidenciar na sua prática e que possibilite oportunidades para gerar a crítica e avaliação dos processos de formação com fim de garantir uma educação de pertinência e qualidade não só para os estudantes surdos, senão para todos os que nela confluem.

Palavras finais

Educar na diferença será sempre um ato de revolução que demanda dedicação, formação e pesquisa nos mais afastados campos da compreensão humana. Portanto, educar estudantes surdos e propor diferentes abordagens para os professores destes estudantes que muitas vezes tem uma formação no serviço, uma formação aligeirada, será sempre um ato de amor tanto para os estudantes como para a sociedade oprimida por uma classe privilegiada que prima o desenvolvimento econômico sobre o desenvolvimento humano.

Assim, esta curta reflexão se constitui como um início para a transformação de uma prática social que se materializa nas salas de aula mais diferenciadas e mais desprotegidas do nosso contexto. Evidenciando, mais uma vez, como a Educação Ambiental perpassa o nível do cuidado do ambiente para se focar no cuidado e proteção das relações que os seres humanos como natureza transformada conseguiram constituir e mediar com a nossa natureza externa.

Assim, procurar uma educação baseada na transformação, e na revolução do sistema atual, em muito permitirá uma educação crítica e emancipadora para estes estudantes que, muitas vezes, formados desde um

Revbea, São Paulo, V. 18, Nº 3: 77-91, 2023.

falso amor, se afastam das suas possibilidades de serem mais, limitando o avanço do próprio movimento da sua consciência.

Referências

ARANTES, A. C. F. F. S.; PIRES, E. M. A importância da formação do professor bilíngue na educação do surdo. **Revista Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia**, Goiás, v. 3, n. 3, p. 109-119, 2012.

COIMBRA, A. Interdisciplinaridade e Educação Ambiental: Integrando seus Princípios Necessários. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 14, n. 1, janeiro a julho 2005.

FENEIS. Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Nota Oficial: Educação de Surdos na Meta 4 do PNE. **Blog Oficial da FENEIS**, [S. l.], p. 1, 19 set. 2013. Disponível em: <<https://blog.feneis.org.br/nota-meta-4-do-pne/>>. Acesso em: 9 jul. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KRUG, L. C.; MINASI, L. F.; DIAS, C. M. S.; KITZMANN, D. A Constituição de Educadores Ambientais no Campo das Ciências do Mar: estudo de caso do Curso de Oceanologia da FURG. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Rio Grande, v. 59, p. 65-93, jan./jun. 2022.

LEFF, E. **Saber Ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor. São Paulo: Cortez, 1994.

MINASI, L. F. **O projeto de pesquisa**: desenvolvimento, teoria e método. Material impresso, 2012.

MORET, M. (2017) A proposta bilíngue na educação de surdos: práticas pedagógicas no processo de alfabetização, **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.12, n.3, p. 1792-1801.

QUADROS, R. M.; PERLIN, G. (Orgs.). **Estudos Surdos II**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007. p. 18-38. Disponível em: <<http://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/Estudos-Surdos-II.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2021.

TERRA, C. L. O processo de constituição das identidades surdas em uma escola especial para surdos sob a ótica das três ecologias. 2011. 187f. **Dissertação** (Mestrado em Educação Ambiental) – Curso de Pós-graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/handle/1/2405>>. Acesso em: 07 jul. 2021.

ZACARIAS, R. **Consumo, lixo e Educação Ambiental**: uma abordagem crítica. Juiz de Fora: FEME, 2000.